



Déficit nas contas externas fica em R\$ 1,8 bilhão em abril

Vendas do Tesouro Direto registram melhor abril da série histórica

Página 3

Governo fixa subvenção à gasolina em R\$ 0,44 por litro

Página 4

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 1,765 bilhão em abril, informou na terça-feira (26) o Banco Central (BC). O valor é pouco maior que o registrado no mesmo período de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 1,636 bilhão nas transações correntes, que se referem às compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

Com o aumento no mês passado, o resultado negativo nas transações correntes somou US\$ 64,333 bilhões nos 12 meses encerrados em abril, o que corresponde a 2,66% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país.

Em relação ao período equivalente terminado em abril

de 2025, houve redução no déficit. Naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 73,919 bilhões, ou 3,46% do PIB.

Em abril deste ano, houve aumento de US\$ 2,8 bilhões no superávit da balança comercial de bens, mas que foi contrabalançado pelos aumentos dos déficits em renda primária, US\$ 1,8 bilhão, e em serviços, US\$ 1 bilhão. Além disso, houve redução de pouco mais de US\$ 100 milhões no superávit em renda secundária.

De acordo com o BC, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e, apesar do aumento no mês passado, têm tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025.

Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com muitas nuvens passando a chuva à noite.



Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,02
Venda: 5,03

Turismo
Compra: 5,04
Venda: 5,22

EURO

Compra: 5,84
Venda: 5,84

INSS vai conceder salário-maternidade de forma automática após 30 dias



Foto: Iahuz - Shutterstock Brasil

Página 3

Anvisa aprova primeira caneta análoga ao Ozempic para diabetes

Página 6

Governo de São Paulo investe R\$ 21,4 mi no auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica

Página 2

Esporte

SM Kart Competition comemorou Dia das Mães com muita festa

Durante mais de sete horas o campeonato SM Kart Competition reuniu no Kartódromo de Interlagos um total de 215 pilotos, distribuídos em 14 corridas cheias de emoção, adrenalina e ultrapassagens. O ponto alto do evento foi a Corrida das Mães, que mostrou mais uma vez a força da paixão pelo kart e a união da família do kartismo.

A exemplo de todas as rodadas anteriores, foram entregues mais de 120 troféus e 350 prêmios e brindes, celebrando o desempenho e dedicação dos competidores em um dos eventos mais especiais da temporada.

Destaque para as premiações de Biscoitos Aldeia da Serra, Macacão e luvas DKR e sapatinhos KDA.

A quinta etapa do SM Kart Competition será no dia 14 de junho, novamente no Kartódromo de Interlagos.

Confira os três primeiros em cada categoria do SM Kart Competition:

Santidade Racing: 1) Diego Santana; 2) Anderson Tanaka; 3) Diogo Alves.

Mário Rotama: 1) André José; 2) Jefferson Jara; 3) Mário Rotama.

Speed Feminina Light: 1) Cláudia Franco; 2) Jéssica Tanaka; 3) Rafaela Fernandes.

Graduadas B: 1) Rebeca Machado; 2) Nathália Bezerra; 3) Júlia Moreto.

Graduadas: 1) Laura Falconi; 2) Jéssica Munic; 3) Nina Aguiar. Trio Speed Angels Geral: 1) Laura Falconi; 2) Jéssica Munic; 3) Rebeca Machado.

Estreantes Feminina: 1) Maria Nardino; 2) Mariana Saito; 3) Denise Kindermann.

Trios Speed: 1) Overtake Girls; 2) Pink Speed; 3) Fast Girls.

Sênior: 1) Marcelo Carvalho; 2) Gerson Roschel; 3) Paulo Policeno.

Super Sênior: 1) Marco Verga; 2) Roberto Guimarães; 3) Jorge Filipe.

Duplas Sênior e Super Sênior



Foto: Cláudio do kart

As disputas são corriqueiras no SM Kart Competition durante todas as corridas

or: 1) Simply the best; 2) MRC Racing; 3) AG Racing.

Graduados: 1) Wanderley Borges; 2) Ryan Eceet; 3) Admir Rosa.

Estreantes Mist: 1) Isack Rabelo; 2) Henrique Sacramento; 3) Guilherme Araújo.

Novatos Light: 1) Henrique Cursino; 2) Felipe Aguiar; 3) Vinicius Martins.

Novatos Mist: 1) Diego Bacchi; 2) José Taveira; 3) Nicola Waldrigues.

Maniacos do Kart: 1) Peterson Rodrigues; 2) Guilherme Cabrera; 3) Jessica Munic.

Speed Pro: 1) Peterson Rodrigues; 2) Jéssica Munic; 3) João Gabriel.

GP Triumph leva mais de 16 mil pessoas ao MOTO1000GP em Goiânia

Casa cheia confirma força da temporada 2026 O MOTO1000GP confirmou em Goiânia a força da temporada 2026. O GP Triumph, válido pela segunda etapa do Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, levou mais de 16 mil pessoas ao Autódromo Internacional Ayrton Senna ao longo dos três dias de programação e registrou o maior público da competição no circuito do Centro-Oeste. Com arquibancadas lotadas e credenciais de paddock e VIP esgotadas antecipadamente, o evento confirmou o sucesso do retorno do MOTO1000GP ao principal palco da motovelocidade brasileira após a revitalização para receber a etapa do Mun-

dial de MotoGP e reforçando sua posição como um dos maiores eventos do esporte a motor no Brasil.

“Estamos muito felizes com o GP Triumph em Goiânia. A Triumph segue como patrocinadora e parceira importante do campeonato, e ver o público lotando o autódromo mais uma vez mostra a força do motociclismo no Brasil. Tivemos um fim de semana muito especial, com o espaço da marca cheio durante os três dias, aproximação com os clientes e a oportunidade de apresentar não só nossas motocicletas, mas também toda a linha de roupas e acessórios”, destacou Adriano Mamede, Head Comercial da Triumph Motorcycles do Brasil.

“No lado esportivo, a

Daytona 660 Cup vem se consolidando como uma categoria importante dentro do campeonato. Tivemos novamente um grid cheio, com quase 30 motos, reunindo pilotos que estão começando nas pistas e também nomes experientes de outras categorias. Além disso, seguimos presentes na GP600 com a Street Triple 765 RS, equipada com o motor da Moto2. Goiânia também vive um momento especial com o retorno do MotoGP ao calendário internacional, e fazer parte desse cenário torna tudo ainda mais importante para a Triumph”, completou.

O público presente no autódromo acompanhou uma programação intensa dentro e fora da pista. Além das corridas das categorias do Campeonato Bra-

sileiro e do Latino-Americano de Motovelocidade, o paddock recebeu ativações de marcas e parceiros, como o espaço exclusivo da Triumph Motorcycles, pista de habilidades da Mottu, motopasseio e outras atrações ao longo do fim de semana. Em pista, as disputas não decepcionaram, com provas marcadas por trocas constantes de posição e forte competitividade do início ao fim.

“Mesmo com o reparo que foi preciso realizar na curva 6 antes do início dos treinos, a pista se mostrou muito rápida e segura. Isso proporcionou grandes disputas em todas as corridas, tanto para o público presente no autódromo quanto para quem acompanhou pelas transmissões. Mais uma vez ti-

vemos casa cheia, com acessos de paddock e VIP esgotados antecipadamente esgotados, reflexo do crescimento consistente do MOTO1000GP nos últimos anos e da consolidação do campeonato como um dos principais eventos do esporte a motor”, afirmou Gilson Scudeler.

A terceira etapa da temporada 2026 será realizada no dia 5 de julho, no Circuito dos Cristais, em Curvelo (MG), com ingressos já à venda na plataforma Sympla. O campeonato retorna a Goiânia em dezembro para a Super Final da temporada 2026, encerrando o calendário no Autódromo Internacional Ayrton Senna.

O MOTO1000GP, que é o Campeonato Brasileiro de Motovelocidade, segue todos os

protocolos de segurança exigidos pela Confederação Brasileira de Motociclismo (CBM) e pela Federação Internacional de Motociclismo (FIM). O campeonato conta com o patrocínio da Yamaha, Triumph, Honda, Motul, Pirelli, Suhai Seguradora, Shoei, Diálogo Engenharia, Mottu e Tutto Moto e o apoio da Revista Duas Rodas. As corridas são transmitidas no canal do YouTube do MOTO1000GP, no BandSports em rede nacional e em sete países pelo canal New Brasil, também do Grupo Bandeirantes de Comunicação, além do canal RACER Brasil. A GP1000 by Motul tem transmissão ao vivo da corrida principal, no domingo, em rede aberta pela TV Gazeta.

SP destinará R\$ 4,1 mi para estudos e melhorias em municípios do interior

A Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo (SCTI) firmou na segunda-feira (25) os quatro primeiros convênios, de um pacote inicial de 13 previstos, com prefeituras paulistas para execução de serviços técnicos especializados junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), por meio do Programa de Apoio Tecnológico aos Municípios (Patem).

"Ciência e evidências são fundamentais para que possamos construir políticas públicas mais eficientes e acessíveis. Por isso, é muito importante ver o Patem preparado para essa nova fase", afirmou o vice-governador de São Paulo, Felício Ramuth, durante o evento do anúncio na sede

da SCTI.

No total serão investidos mais de R\$ 4,1 milhões em 13 municípios. Destes, R\$ 3,5 milhões serão investidos pela SCTI, enquanto o restante corresponde às contrapartidas das prefeituras. As cidades de Araraquara, Barra Bonita, Cajati e Garça já assinaram convênio, somando quase R\$ 1,1 milhão sendo R\$ 905 mil o aporte da Secretaria.

As assinaturas marcam a retomada do Patem, programa que ajuda prefeituras paulistas no planejamento e na melhoria dos serviços públicos. A iniciativa oferece apoio técnico especializado para cidades que não possuem estrutura ou equipe suficiente para desenvolver sozinhas estudos, pro-



Foto: Conselho de Desenvolvimento

jetos e soluções necessárias para enfrentar desafios urbanos.

"O Patem leva conhecimento técnico qualificado para apoiar o desenvolvimento de projetos municipais. Esse suporte gera ganhos duradouros para as cidades, já que uma base bem estruturada é essencial para garantir a eficiência, a sustentabilidade e a longevidade das iniciativas públicas", explica o secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação, Vahan Agopyan.

Para isso, o Patem oferece às prefeituras paulistas acesso a estudos, diagnósticos e planos, buscando soluções e tecnologias, para apoiar a adoção de práticas que promovam:

Cidades Inteligentes, utilizando dados, tecnologia e inovação para melhorar a gestão urbana,

umentar a eficiência dos serviços públicos e aproximar o governo da população;

Cidades Sustentáveis, buscando equilibrar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, garantindo a qualidade de vida para as atuais e futuras gerações, com foco em gestão territorial e de recursos naturais, visando a transição para modelos de baixo carbono; Cidades Resilientes, capazes de se preparar, responder e se recuperar de crises e desastres (naturais, climáticos, tecnológicos ou industriais), mantendo o funcionamento essencial da vida urbana.

Para o diretor-presidente do IPT, Anderson Correia, iniciativas como o Patem ampliam a capacidade dos municípios de fornecer

diagnósticos em ações concretas.

"Os desafios das cidades estão cada vez mais complexos e exigem decisões baseadas em evidências. O papel do IPT é apoiar os municípios para que possam transformar informação e tecnologia em ações efetivas, capazes de melhorar a qualidade de vida da população e promover desenvolvimento sustentável", afirma.

Historicamente, o Patem já atendeu mais de 180 municípios, mas sua atuação foi predominantemente direcionada a atendimentos emergenciais. Nesta nova fase, o programa passa a orientar suas ações por uma abordagem mais estruturada e com resultados também de médio e longo prazo.

"A proposta desta nova fase do Patem é manter o suporte em atendimentos emergenciais, que seguem sendo fundamentais, mas ampliar o foco no planejamento de longo prazo dos municípios. Queremos que as prefeituras utilizem o programa de forma estratégica, estruturando projetos mais eficientes, duradouros e preparados para os desafios das cidades", explica o coordenador de programas da SCTI, Sirlei Gonçalves.

Um exemplo de serviço oferecido pelo programa é o "Wi-Fi Cidadão", iniciativa que visa levar internet gratuita para espaços

públicos, como praças e áreas de convivência. Para isso, o programa identifica as regiões com maior necessidade de conectividade e realiza estudos técnicos para definir a melhor solução para cada local considerando aspectos como alcance do sinal, infraestrutura existente e viabilidade de implantação. O resultado desse trabalho se materializa em um projeto detalhado da rede de Wi-Fi e um termo de referência que orienta a contratação da empresa responsável pela instalação.

Já na área de planejamento territorial, o programa oferta a elaboração da Carta Geotécnica de Aptidão à Urbanização (CGAU), instrumento utilizado para orientar o crescimento urbano de forma mais segura e planejada. Para desenvolver o documento, são considerados aspectos como a dinâmica do solo, erosões, deslizamentos e instabilidade do terreno. O objetivo é fornecer às prefeituras uma ferramenta de planejamento territorial que ajude a evitar ocupações em áreas de risco e permita integrar políticas públicas de habitação, infraestrutura, meio ambiente e defesa civil.

Na prática, o Patem fornece aos municípios as bases necessárias para executar serviços com mais segurança, e definir políticas públicas efetivas, com base em dados e evidências. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

Com a "inteligência" artificial dominante, cristãos vereadores(as) ainda podem usar suas Inteligências Espirituais, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

PREFEITURA (São Paulo)

Com a "inteligência" artificial dominante, o cristão Ricardo Nunes ainda pode usar a sua Inteligência Espiritual, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Com a "inteligência" artificial dominante, cristãos deputados(as) ainda podem usar suas Inteligências Espirituais, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

GOVERNO (São Paulo)

Com a "inteligência" artificial dominante, o cristão Tarcísio Freitas ainda pode usar a sua Inteligência Espiritual, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

CONGRESSO (Brasil)

Com a "inteligência" artificial dominante, cristãos deputados(as) e senadores(as) ainda podem usar suas Inteligências Espirituais, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Com a "inteligência" artificial dominante, os cristãos Lula e Alckmin ainda podem usar suas Inteligências Espirituais, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

PARTIDOS (Brasil)

Com a "inteligência" artificial dominante, os(as) cristãos que dominam as legendas ainda podem usar suas Inteligências Espirituais, discernindo sobre os editoriais [opinião de quem domina as empresas] na imprensa diária

HISTÓRIAS

Com a "inteligência" artificial dominante, os cristãos - Trump e Flavio Bolsonaro - se encontraram e poderão usar suas Inteligências Espirituais para discernir os editoriais na imprensa diária [nos USA e no Brasil]

ANO 34

Na imprensa [Brasil] desde 1993, o jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual nesta coluna [diária] de política. Ela recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... como referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis o vosso corpo em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional." Romanos 12.1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenali, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

Governo investe R\$ 21,4 mi no auxílio-aluguel para mulheres vítimas de violência doméstica

O Estado de São Paulo concedeu auxílio-aluguel para 7.565 mulheres vítimas de violência doméstica em pouco mais de um ano do programa. No mês de abril, foram investidos cerca de R\$ 2,5 milhões no benefício, mais de quatro vezes o valor destinado no mesmo mês do ano passado (R\$ 547,5 mil).

Os dados consolidados pela Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo (SEDS) são referentes aos repasses realizados no período de fevereiro de 2025 a abril de 2026. A iniciativa chegou a 591 municípios paulistas, um indicativo da abrangência da política pública e do papel central da rede municipal de assistência social como porta de entrada para o benefício.

Criado pelo Governo do Estado de São Paulo, o programa oferece uma ajuda de custo mensal

de R\$ 500 por seis meses, com possibilidade de renovação por igual período. O objetivo é garantir condições concretas para que mulheres em situação de vulnerabilidade possam se afastar de relações violentas com segurança e dignidade.

"O auxílio-aluguel é uma ferramenta concreta de proteção e autonomia. Com ele, o Estado oferece às mulheres condições reais para romper o ciclo da violência, preservar a própria vida e reconstruir seus projetos com dignidade e segurança", afirma a secretária de Desenvolvimento Social, Andreza Rosalém.

Podem solicitar o benefício mulheres que possuam medida protetiva expedida pela Justiça, residam no estado de São Paulo, estejam em situação de vulnerabilidade e cuja renda, até o momento da separação, não ultra-

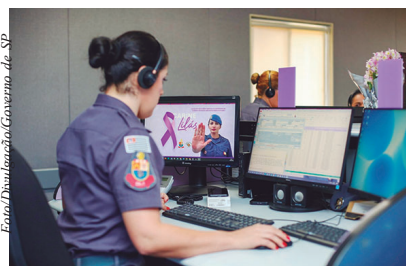


Foto: Divulgação Governo de SP

passar dois salários mínimos. O cadastramento é feito pela rede municipal de assistência social nos municípios participantes. Após análise e aprovação, o valor é disponibilizado por meio de Poupança Social no Banco do Brasil, diretamente

às beneficiárias.

Além do suporte financeiro, o programa articula outras políticas públicas municipais, ampliando o acesso a serviços de proteção social, orientação e acompanhamento às mulheres atendidas em todo o estado.

Oferta de serviços digitais do Governo cresce quase 14 vezes e impulsiona atendimento público

O crescimento expressivo da oferta de serviços digitais e o aumento de interações online têm impulsionado os serviços públicos aos cidadãos pelo Governo do Estado de São Paulo. No Poupatempo, o salto de atendimentos online chegou a 372% - quase cinco vezes mais - na comparação entre os dados de 2023 (quando houve 28.278.113 atendimentos) e 2025 (133.471.976).

Outro aumento relevante é o da oferta de serviços digitais: no final de 2022, gestão anterior, havia 254. Atualmente, segundo dados do Poupatempo, órgão vinculado à Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), são 3.475 (sendo 1.045 exclusivamente online e 2.430 digitais e presenciais), quase 14 vezes maior - crescimento de 1.268%.

"A transformação digital do Governo de São Paulo é um dos nossos pilares e tem o objetivo

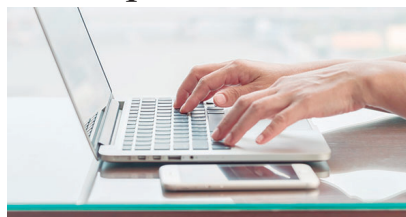


Foto: Divulgação Governo de SP

de melhorar a gestão pública e combater a burocracia", afirma Caio Paes de Andrade, secretário de Gestão e Governo Digital.

Entre os muitos serviços disponíveis no Poupatempo que podem ser acessados 100% online estão a emissão de CNH, acompanhamento de reconhecimento de paternidade, transferência de veículos, carteirinha do estudante e consulta da Lista de Espera

de Transplante.

O número de atendimentos digitais também disparou no mesmo período: chegou a 372% - quase cinco vezes mais na comparação entre os dados de 2023 (quando foram contabilizados 28,2 milhões de atendimentos) e 2025 (133,4 milhões).

O percentual de atendimentos online sobre os presenciais aumentou: em 2023, eles repre-

sentaram 64% do total; em 2024, 70,2%; em 2025, 81,5%. Só no primeiro trimestre de 2026, eles foram responsáveis por 92,2% do total de atendimentos.

Um dos exemplos de serviços digitais implantados na atual gestão é a Transfêrência Digital de Veículos (TDV), que permite aos proprietários transferir a titularidade de maneira rápida, sem intermediários. A TDV está disponível tanto no aplicativo do Poupatempo quanto no portal do Detran-SP.

Desde o lançamento, em março de 2024, mais de 177 mil transfêrências digitais de veículos foram realizadas, sendo que somente entre janeiro e abril de 2026, o número de transações superou o total do primeiro ano da novidade. Foram realizadas 34.109 TDVs em 2024 (março e dezembro), 84.394 em 2025 e 58.434 em 2026. (Governo de SP)

Últimos dias de inscrições para 2 mil vagas em curso de empreendedorismo do Qualifica SP – Empreenda

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, oferecerá 2 mil vagas em curso gratuito e remoto do Qualifica SP – Empreenda. A iniciativa capacita empreendedores de micro e pequenas empresas oferecendo mentorias coletivas e individuais. As vagas serão distribuídas em quatro ciclos

ao longo do ano, nesta primeira etapa estão abertas 500 vagas com inscrições até quinta-feira (28) de maio pelo site www.qualificasp.gov.br.

O curso, executado pela Fundação Dom Cabral, é dividido em três módulos com carga horária de 30 horas. Os alunos terão mentoria coletiva e individual e aprenderão sobre gestão finan-

ceira, a identificar oportunidades de mercado e a construir um plano de negócios.

Um levantamento do Sebrae aponta que entre as maiores dificuldades dos empreendedores estão acesso à crédito, divulgação e venda de produtos e serviços, burocracia e controle das finanças. A formação do Qualifica SP – Empreenda tem como obje-

tivo sanar esses gargalos.

Podem participar empreendedores do estado de São Paulo, de 18 anos ou mais, formais ou informais. As inscrições devem ser realizadas pelo site www.qualificasp.gov.br até o dia 28 de maio. As aulas têm previsão para início nas primeiras semanas de junho. (Governo de SP)

Déficit nas contas externas fica em R\$ 1,8 bilhão em abril

As contas externas do Brasil tiveram saldo negativo de US\$ 1,765 bilhão em abril, informou na terça-feira (26) o Banco Central (BC). O valor é pouco maior que o registrado no mesmo período de 2025, quando o déficit alcançou US\$ 1,636 bilhão nas transações correntes, que se referem às compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países.

Com o aumento no mês passado, o resultado negativo nas transações correntes somou US\$ 64,333 bilhões nos 12 meses encerrados em abril, o que corresponde a 2,66% do Produto Interno Bruto (PIB), indicador da soma dos bens e serviços produzidos no país.

Em relação ao período equivalente terminado em abril de 2025, houve redução no déficit. Naquele mês, o resultado em 12 meses foi negativo em US\$ 73,919 bilhões, ou 3,46% do PIB.

Em abril deste ano, houve aumento de US\$ 2,8 bilhões no superávit da balança comercial de bens, mas que foi contrabalançado pelos aumentos dos déficits em renda primária, US\$ 1,8 bilhão, e em serviços, US\$ 1 bilhão. Além disso, houve redução de pouco mais de US\$ 100 milhões no superávit em renda secundária.

Investimentos

De acordo com o BC, as transações correntes apresentam cenário bastante robusto e, apesar do aumento no mês passado, têm tendência de redução no déficit em 12 meses desde setembro de 2025.

O resultado negativo das contas externas está financiado por capitais de longo prazo, principalmente pelos investimentos diretos no país (IDP), que têm fluxos e es-



Foto: Vitor Compagno/ABr

toques de boa qualidade.

O IDP somou US\$ 8,912 bilhões em abril deste ano, ante US\$ 5,371 bilhões em igual mês de 2025.

Quando o país registra saldo negativo em transações correntes, precisa cobrir o déficit com investimentos ou empréstimos no exterior. A melhor forma de financiamento do saldo negativo é o IDP, porque os recursos são aplicados no setor produtivo e costumam ser investimentos de longo prazo.

Em 12 meses até abril, esses investimentos diretos ficaram em US\$ 79,201 bilhões (3,28% do PIB), ante US\$ 75,660 bilhões (3,18% do PIB) no mês anterior e US\$ 72,691 bilhões (3,40% do PIB) no período encerrado em abril de 2025.

No caso dos investimentos em carteira no mercado doméstico, houve entrada líquida de US\$ 621 milhões no mês passado, resultado do ingresso de US\$ 1,098 bilhão em ações e fundo de investimentos e retirada de US\$ 477 milhões em títulos de dívida.

Nos 12 meses encerrados em abril, esses investimentos somaram ingressos líquidos de US\$ 28,5 bilhões.

O estoque de reservas internacionais atingiu US\$ 366,9 bilhões em abril, aumento de US\$ 4,911 bilhões em comparação ao mês anterior.

Transações correntes

Em abril deste ano, as exportações de bens totalizaram US\$ 34,282 bilhões, com aumento de 13,9% em relação ao mesmo mês de 2025. As importações chegaram a US\$ 24,574 bilhões, uma alta de 6,2% na comparação com abril do ano passado.

Com os resultados de exportações e importações, a balança comercial fechou com superávit de US\$ 9,707 bilhões no mês passado, ante o saldo positivo de US\$ 6,957 bilhões em abril de 2025.

O déficit na conta de serviços – viagens, transporte, aluguel de equipamentos, serviços de telecomunicação e de propriedade intelectual, entre outros – atingiu US\$ 5,044 bilhões no mês passado, ante US\$ 4,091 observado em abril de 2025.

Entre os destaques em serviços, foi registrado: alta de 26% nas despesas li-

quidas de telecomunicação, computação e informações, totalizando US\$ 839 bilhão de déficit. Essas despesas estão ligadas a operações por plataformas digitais, como serviços de streaming e venda de softwares.

Alta de 16,1% com aluguel de equipamentos, somando US\$ 1,130 bilhão. Essa rubrica contabiliza o aluguel de itens como maquinários, plataformas e aeronaves pagas a empresas estrangeiras, sinalizando um ritmo de investimentos e modernização no mercado interno.

Alta de 66,4% nas despesas líquidas de viagens internacionais, que totalizaram US\$ 1,456 bilhão, com gastos de estrangeiros no Brasil praticamente estáveis (US\$ 837 bilhão) e aumento de 34,8% nas despesas de brasileiros no exterior (US\$ 2,293 bilhões).

No mês passado, o déficit em renda primária – pagamento de lucros e dividendos de empresas, além de juros e salários – chegou a US\$ 6,801 bilhões, 35,3% acima do registrado em abril de 2025, de US\$ 5,018 bilhões.

Normalmente, essa conta é deficitária, pois há mais investimentos de estrangeiros no Brasil – e eles remetem os lucros para fora do país – do que de brasileiros no exterior.

A conta de renda secundária – gerada em uma economia e distribuída para outra, como doações e remessas de dólares, sem contrapartida de serviços ou bens – teve resultado positivo de US\$ 374 milhões no mês passado, contra superávit de US\$ 516 milhões em abril de 2025. (Agência Brasil)

INSS vai conceder salário-maternidade de forma automática após 30 dias

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) passará a conceder o salário-maternidade em até 30 dias após o pedido, segundo nova lei publicada no Diário Oficial da União da terça-feira (26). A regra passa a valer imediatamente.

Se o benefício não for liberado neste prazo, a concessão deverá ser automática, mesmo que a segurada ainda não tenha provado o direito. Depois, caso a análise do órgão entenda que não há direito, a renda pode ser cortada.

A regra até então previa a concessão do benefício em até 45 dias após o pedido, conforme prevê a lei dos beneficiários da Previdência Social. Depois desse prazo, os valores pagos devem ter acréscimo pela demora.

Reportagem da Folha de S.Paulo mostrou que o benefício praticamente dobrou em um ano e tem pressionado as cotas da Previdência após o STF (Supremo Tribunal Federal) mudar as regras de concessão para autônomas, levando também à alta no número de pedidos e pressionando as contas públicas.

Dados do órgão mostram que, em janeiro de 2025, foram concedidos 48,888 benefícios do tipo, e, em dezembro, o total subiu para 94,708, aumento de 93,72%. Já as solicitações passaram de 115,982 em janeiro para 161.590 em novembro, alta de 39,3% no período.

A previsão é que o impacto aos cofres públicos traga gasto extra de R\$ 12 bilhões em 2026, R\$ 15,2 bilhões em 2027, R\$ 15,9 bilhões em 2028 e de R\$ 16,7 bilhões em 2029, segundo a Previdência Social.

O salário-maternidade do INSS é pago para mulheres ou homens por nascimento, ou adoção, aborto espontâneo ou legal, e parto de natimorto, desde que comprovem o pagamento mínimo como autônomo, inclusive em caso de união homoafetiva. A duração é de 120 dias.

O pedido é feito pelo aplicativo ou site Meu INSS. A forma de provar que tem direito é enviando a documentação necessária, como certidão de nascimento do filho, de adoção ou documentos referentes ao aborto. O INSS avalia e faz a concessão.

A mudança nas regras para autônomas foi definida pelo STF em março de 2024, durante

o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.110. Na ocasião, os ministros derrubaram norma de 1999 que exigia das trabalhadoras autônomas, facultativas ou seguradas especiais ao menos dez contribuições à Previdência para ter direito ao salário-maternidade.

Após o julgamento, passou a valer a regra de que o pagamento de apenas uma contribuição previdenciária dá direito ao benefício, como ocorre com as profissionais que trabalham com carteira assinada, o que preocupa especialistas.

Isso porque, no caso de empregada com carteira assinada, a sustentabilidade das contas da Previdência é feita porque o empregador está contribuindo de alguma forma para um bolo maior. No caso das autônomas, não.

Segundo a advogada Adriane Bramante, especializada em Previdência e conselheira do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário) e da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo), é preciso ficar atento a golpes.

Ela afirma que há fraudadores nas redes sociais tentando se aproveitar da fragilidade dos sistemas do INSS ou mesmo da falta de conhecimento da população sobre o direito ao benefício. "É preciso conhecer as regras", diz.

O crescimento dos pedidos de salário-maternidade foi puxado pelos benefícios rurais, que avançaram 59,3%, saltando de 63.374 para 100.993 pedidos entre janeiro e novembro do ano passado. Já os urbanos cresceram 15,1%, passando de 52.608 para 60.597.

Os dados mostram aumento maior no segundo semestre, quando as mudanças nos sistemas do INSS foram oficializadas, e o benefício com as novas regras passou a ser concedido por meio do Meu INSS. Em setembro, foram 176.930 pedidos e, em outubro, o volume atingiu 182.144, maior patamar de 2025.

No caso das concessões, o principal volume está nas liberações administrativas, feitas de forma automática pelo INSS. Ao todo, foram 655,5 mil concessões no acumulado do ano. Apenas em dezembro, o instituto registrou 82.351 liberações, o segundo maior resultado de 2025. (Folhapress)

Vendas do Tesouro Direto registram melhor abril da série histórica

As vendas de títulos públicos a pessoas físicas pela internet bateram recorde para meses de abril, divulgou na terça-feira (26) o Tesouro Nacional. No mês passado, o Tesouro Direto vendeu R\$ 8,55 bilhões em papéis.

O valor é 42% maior que em março, quando as vendas do Tesouro Direto somaram R\$ 14,79 bilhões e bateram recorde histórico para todos os meses. Na comparação com abril do ano passado, porém, o volume é 20,6% maior.

Em março, venderam R\$ 7,07 bilhões em títulos corrigidos pela Selic, juros básicos da economia, com os investidores trocando os papéis pelo mesmo tipo de títulos. Como o vencimento não se repetiu em abril, as vendas caíram em relação ao mês anterior.

Os títulos mais procurados foram investidores em março pelo os vinculados aos juros básicos, cuja participação nas vendas somou 55,4%. Os papéis corrigidos pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), corresponderam a 24%

do total, enquanto os prefixados, com juros definidos no momento da emissão, totalizaram 13,1%.

Destinados ao financiamento de aposentadorias, o Tesouro Renda+, lançado no início de 2023, respondeu por 4,9% das vendas. Criado em agosto de 2023, o novo título Tesouro Educar+, que pretende financiar uma poupança para o ensino superior, atraiu apenas 1,9% das vendas.

O interesse por papéis vinculados aos juros básicos é justificado pelo alto nível da Taxa Selic. A taxa, que estava em 10,5% ao ano até setembro de 2024, está em 14,5% ao ano. Com os juros altos, os papéis continuam atrativos. Os títulos vinculados à inflação também têm atraído os investidores por causa da expectativa de alta da inflação oficial nos próximos meses.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R\$ 242,26 bilhões no fim de abril, alta de 3,34% em relação ao mês anterior (R\$ 234,42 bilhões) e alta de 41,99% em relação a abril do ano passado (R\$ 170,86 bilhões). Essa alta ocor-

reu por causa da correção pelos juros e porque as vendas superaram os resgates em R\$ 5,16 bilhões no último mês.

Em relação ao número de investidores, 226.677 participantes passaram a fazer parte do programa no mês passado. O número total de investidores atingiu 35.324.665. Nos últimos 12 meses, o número de investidores acumulou alta de 9,69%. O total de investidores ativos (com operações em aberto) chegou a 3.472.053, aumento de 16,36% em 12 meses.

A utilização do Tesouro Direto por pequenos investidores pode ser observada pelo considerável número de vendas de até R\$ 5 mil, que correspondeu a 78% do total de 938.747 operações de vendas ocorridas em abril. 56 as aplicações de até R\$ 1 mil representaram 55%. O valor médio por operação atingiu R\$ 12.083,06.

Os investidores estão preferindo papéis de curto prazo. As vendas de títulos de até cinco anos representam 62,6% do total. As operações com prazo entre cinco e dez anos correspon-

dem a 19,1% do total. Os papéis de mais de dez anos de prazo representaram 18,3% das vendas.

O balanço completo do Tesouro Direto está disponível na página do Tesouro Transparente. O Tesouro Direto foi criado em janeiro de 2002 para popularizar esse tipo de aplicação e permitir que pessoas físicas pudessem adquirir títulos públicos diretamente do Tesouro Nacional, via internet, sem intermediação de agentes financeiros. O aplicativo só precisa pagar uma taxa para a B3, a bolsa de valores brasileira, descontada nas movimentações dos títulos. Mais informações podem ser obtidas no site do Tesouro Direto.

A venda de títulos é uma das formas que o governo tem para captar recursos para pagar dívidas e honrar compromissos. Em troca, o Tesouro Nacional se compromete a devolver o valor com um adicional que pode variar de acordo com a Selic, índices de inflação, câmbio ou uma taxa definida antecipadamente no caso dos papéis pré-fixados. (Agência Brasil)

Exportações de alta tecnologia crescem, mas somam apenas 2,7% do total

As exportações brasileiras de produtos de alta tecnologia cresceram 7,7% em 2025, mas seguem muito abaixo das vendas de bens de baixa intensidade tecnológica, segundo levantamento divulgado na terça-feira (26) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Os produtos de alta tecnologia somaram US\$ 9,1 bilhões no ano passado e responderam por apenas 2,7% das exportações totais do país. Já os produtos de baixa intensidade tecnológica alcançaram US\$ 130,7 bilhões, equivalentes a 37,5% das vendas externas brasileiras.

O estudo, elaborado com base em dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), aponta que as exportações de alta tecnologia continuam 15 vezes menores que as de baixa intensidade tecnológica.

Em nota, a gerente de Comércio e Integração Internacional da CNI, Constanza Negri, considera que o cenário representa um desafio para a competitividade da indústria brasileira.

“Um crescimento econômico com qualidade depende do avanço em segmentos de média-alta e alta intensidade tecnológica”, destacou.

Segundo Negri, ampliar a participação desses setores é essencial para diversificar a pauta exportadora brasileira e fortalecer a presença internacional da indústria nacional.

O levantamento também mostra que o aumento do consumo no país foi atendido principalmente por produtos importados.

O volume de importações cresceu 6,1% em 2025, enquanto a indústria de transformação encerrou o ano com déficit comercial recorde de US\$ 71,3 bilhões, o maior da série histórica iniciada em 1997.

As importações da indústria de transformação atingiram US\$ 259,9 bilhões, alta de 8,6% em relação ao ano anterior.

Segundo a CNI, os setores de químicos, máquinas e equipamentos eletrônicos e veículos automotores responderam por mais da metade das compras ex-

ternas da indústria.

Apesar do déficit comercial recorde, as exportações industriais brasileiras cresceram 3,7% em 2025 e somaram US\$ 188,4 bilhões.

A participação da indústria de transformação nas exportações brasileiras subiu de 53,9% para 54,1%. O avanço ocorreu mesmo diante da queda de 1,7% nos preços internacionais dos bens manufaturados.

Os bens de consumo semiduráveis e não duráveis tiveram participação recorde nas exportações brasileiras em 2025. A categoria respondeu por 22,8% da pauta exportadora e foi impulsionada principalmente pelas vendas de alimentos e bebidas industrializados.

As exportações de carne bovina para a China tiveram destaque no período.

Segundo o estudo, os setores de alimentos, veículos automotores e metalurgia concentraram 58% das exportações industriais brasileiras.

Os Estados Unidos permaneceram como principal destino das

exportações brasileiras da indústria de transformação, mesmo com retração de 4,2% nas vendas. As exportações para o mercado estadunidense somaram US\$ 30,2 bilhões.

A China ampliou em 19,4% as compras de produtos industriais brasileiros, totalizando US\$ 22 bilhões em 2025. O setor de alimentos foi o principal responsável pelo crescimento das exportações aos países asiáticos.

Nas importações, a China manteve a liderança entre os fornecedores de bens industriais ao Brasil, com vendas de US\$ 70,6 bilhões.

As exportações brasileiras para a Argentina alcançaram US\$ 18,1 bilhões em 2025, avanço de 31,4% sobre o ano anterior.

O desempenho foi puxado pelo setor automotivo, que registrou crescimento de 57,2% nas vendas ao mercado argentino. Veículos de passageiros, caminhões e autopeças lideraram as exportações para o país vizinho. (Agência Brasil)

INSS paga segunda parcela do 13º a aposentados e pensionistas

O pagamento da segunda parcela antecipada do 13º aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começou na segunda-feira (25) e segue até 8 de junho.

O repasse contempla quem ganha um até um salário-mínimo. Para os que recebem o benefício com valor maior que R\$ 1.621, os depósitos deste abono anual começam em 1º de junho.

As datas dos pagamentos do 13º variam conforme o dígito final do cartão de benefício do aposentado e pensionista do INSS. Basta desconsiderar o dígito verificador do cartão.

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) calcula quem, com a antecipação do abono anual, cerca de R\$ 39 bilhões serão transferidos aos beneficiários nesta segunda etapa.

A pasta destacou que primeira parcela do abono anual foi paga em abril e maio. De acordo com o INSS, se somada à primeira parcela, a medida do Ministério da Previdência Social (MPS) representará uma injeção de R\$ 78 bilhões na economia.

A autarquia federal explica que tem direito ao 13º do INSS os segurados que, em 2026, receberam benefícios como aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

Dados da folha de pagamento dos benefícios, em fevereiro deste ano, mostram que 23,3 milhões de beneficiários do INSS – equivalente a 66,2% do total – equivalem a 66,2% do total – equivalente valor de até um salário mínimo (R\$ 1.621, em 2026).

Outros 11,9 milhões são pagos acima do piso nacional. Desse grupo, cerca de 13,7 mil beneficiários correspondem ao teto da Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 8.475,55.

Os dados da folha de pagamento de fevereiro mostram que 23,3 milhões de beneficiários do INSS – o equivalente a 66,2% do total – possuem valor de até um salário-mínimo (R\$ 1.621). Outros 11,9 milhões são pagos acima do piso nacional. Desse grupo, cerca de 13,7 mil beneficiários correspondem ao teto da Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 8.475,55.

Dados da folha de pagamento de fevereiro mostram que 23,3 milhões de beneficiários do INSS – o equivalente a 66,2% do total – possuem valor de até um salário-mínimo (R\$ 1.621). Outros 11,9 milhões são pagos acima do piso nacional. Desse grupo, cerca de 13,7 mil beneficiários correspondem ao teto da Previdência Social, atualmente fixado em R\$ 8.475,55.

Os beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia não recebem o abono anual. O BPC é destinado a pessoas com idade de 65 anos e pessoas com deficiência (PCD) em situação de baixa renda.

Os segurados podem consultar a prévia do valor do 13º salário dos benefícios previdenciários pelo site ou aplicativo Meu INSS, na opção “Extrato de Pagamento”.

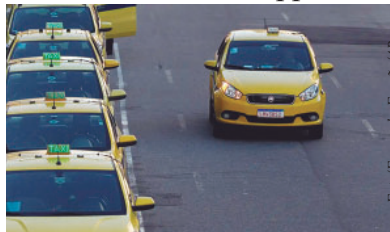
Tradicionalmente, o pagamento do abono anual ocorre nos meses de agosto e novembro, de acordo com o decreto presidencial nº 3.048, que regulamenta a Previdência Social no Brasil.

Porém, a antecipação anunciada pelo governo federal, tem o objetivo de garantir a aposentadoria, pensão por morte, auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, salário-maternidade e auxílio-reclusão.

Neste ano, a antecipação do décimo terceiro salário de aposentados e pensionistas do INSS foi autorizada no fim de março, por meio do Decreto nº 12.884, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Anvisa aprova primeira caneta análoga ao Ozempic para diabetes

Governo publica MP que destina R\$ 30 bi a taxistas e motoristas de app



O governo federal publicou na terça-feira (25) a medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 30 bilhões para a compra de veículos por motoristas de táxi e de aplicativo. A iniciativa faz parte do programa Move Brasil, lançado no dia 19 de maio, e os recursos vão ser repassados pelo Ministério da Fazenda ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que vai operacionalizar a medida. A medida provisória está em vigor e segue agora para apreciação do Congresso Nacional.

A expectativa do governo é que sejam comercializados, no mínimo, 200 mil carros. Para se habilitar, o motorista precisa preencher cadastro na plataforma gov.br/movebrasil. Em um prazo de até cinco dias após o cadastro, será informado se poderá participar do programa. A partir do dia 18 de junho, quem recebeu a confirmação de participação no programa poderá procurar as concessionárias e instituições financeiras para análise de crédito. (Agência Brasil)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou na terça-feira (26) o registro do medicamento Ozivy. O produto é a primeira caneta de semaglutida sintética análoga ao produto biológico liberado para comercialização no Brasil. O composto usa o mesmo princípio ativo do Ozempic, que teve a patente expirada em 20 de março. O pedido de registro do medicamento, em nome da fabricante EMS/SA, chegou em 2023 e passou pelo processo técnico de comprovação de eficácia, segurança e qualidade feita por meio do registro na Anvisa.

Indicação aprovada
Ozivy poderá ser usado para o tratamento de adultos com diabetes tipo 2, como adjuvante à dieta e exercícios.



O produto será apresentado como solução injetável, em caneta preenchida para uso semanal. A forma de conservação do novo produto é diferente do medicamento originador (Ozempic). Ele deve ficar armazenado em geladeira antes e depois de iniciado o tratamento.

O Ozivy não é um medicamento genérico, pois não há genérico de produtos biológicos conforme regulação brasileira. O composto é classificado como medicamento novo, sendo um análogo sintético de produto biológico.

Próximas etapas
Após o registro na Anvisa, o medicamento pode ser comercializado após a aprovação do preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (Cmed). A empresa que detém o registro, porém, é que decide quando o medicamento será colocado à venda. Para que o produto esteja disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), ele precisa ser avaliado e recomendado pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec) e aprovado pelo Ministério da Saúde. Nem todos os medicamentos registrados na Anvisa passam pela avaliação da Conitec ou são incorporados ao SUS. (Agência Brasil)

Novas regras sobre saúde mental no trabalho entram em vigor

Começou a valer na terça-feira (26) as novas regras de Segurança e Saúde no Trabalho. Com isso, empregadores, gestores e funcionários de todos os setores terão que cumprir normas mais rigorosas, procurando identificar e eliminar riscos ocupacionais, inclusive para a saúde mental dos trabalhadores.

As novas diretrizes e requisitos constam na última atualização da chamada NR-1, Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que trata do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) de forma geral. Ela é definida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em uma comissão tripartite, que reúne representantes dos empregadores e trabalhadores.

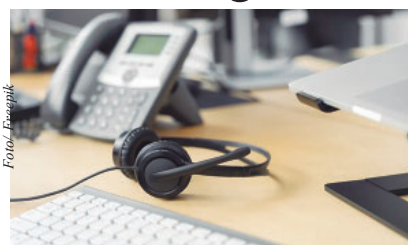
A atualização da NR-1 foi aprovada em agosto de 2024 e deveria entrar em vigor em maio de 2025. No entanto, o MTE decidiu conceder mais tempo para as empresas se adaptarem e implementou as novas regras em caráter educativo e orientativo. Agora, com as diretrizes já em vigor, as empresas passam a ser fiscalizadas a respeito do cumprimento das diretrizes. O ministério informou que, durante os primeiros 90 dias, a fiscalização vai apenas orientar as empresas, indicando, quando necessário, a necessidade de adequações. Após este período, penalidades como multas e embargos serão aplicadas, conforme o caso.

Até então, a norma estipulava apenas a obrigação das empresas indicarem, em seus Programas de Gerenciamento de Riscos, os perigos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes trabalhistas.

No manual de orientação que lançou em março deste ano, o MTE destacou que o gerenciamento dos riscos psicossociais abrange os aspectos relacionados à organização do trabalho que podem gerar efeitos psicológicos, físicos e sociais. Entre eles, o desequilíbrio ou agravamento de estresse no trabalho, esgotamento, Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT) e depressão, entre outros. Isso não significa "verificar sintomas individuais" de cada trabalhador, mas monitorar de forma constante as condições de trabalho que podem afetar a saúde mental.

"Trata-se de considerar quais os fatores da atividade de trabalho são estressores, que podem levar à ocorrência de lesões ou agravos à saúde do trabalhador", destaca o manual. O ministério alerta que, para gerir os fatores de risco psicossociais, os empregadores também devem observar as disposições de outras normas regulamentadoras, sobretudo a NR-17, que trata da ergonomia no ambiente de trabalho.

Responsabilidade compartilhada
Segundo o diretor científico da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), Ricardo Bega, ao fazerem o Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO), as empresas terão que olhar com cuidado para a



organização do trabalho, evitando pressões excessivas sobre os funcionários, metas incompatíveis, sobrecarga, jornadas de trabalho mal organizadas, assédio, violência e falhas de comunicação.

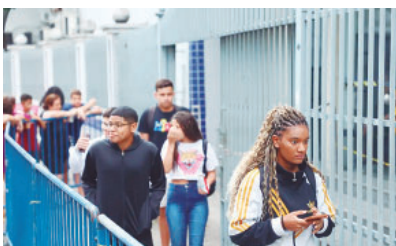
"É importante frisar também que não é para fazer um diagnóstico psiquiátrico do trabalhador. É para identificar e controlar os fatores do trabalho que podem gerar ou agravar um adoecimento", explicou Bega. Em entrevista à Rádio Nacional, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), o médico salientou que a mais recente atualização da NR-1 foi importante por colocar a saúde psíquica e mental na lógica da prevenção e por redistribuir responsabilidades.

"Antes, o tema aparecia só quando já havia alguma crise [...] Saúde mental no trabalho é uma responsabilidade compartilhada. O trabalhador precisa buscar ajuda e a organização precisa identificar e controlar os riscos do trabalho também".

Prevenção
Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a saúde mental é uma questão fundamen-

tal no atual contexto, "ficando evidente a importância das organizações abordarem os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho com o objetivo de prevenir o adoecimento mental e outras lesões e agravos à saúde do trabalhador". Em 2025, a Previdência Social concedeu 546.254 benefícios previdenciários por transtornos mentais e comportamentais. Um resultado 15,6% superior ao número de 2024, quando foram concedidos 472.328 benefícios. As maiores causas de afastamento do trabalho por questões psicossociais registradas no ano passado foram os casos de transtornos ansiosos (166.489) e os episódios depressivos (126.608). Na sexta posição ficaram os 23.773 casos de reação ao estresse grave e de transtornos de adaptação. De acordo com a Associação Nacional de Medicina do Trabalho, os resultados dos últimos anos apontam para uma situação preocupante: os afastamentos do trabalho por mais de 15 dias, decorrentes de transtornos mentais, entraram em uma trajetória de crescimento acelerado, com severos impactos financeiros. (Agência Brasil)

Fies: convocação para vagas remanescentes termina na sexta-feira



O Ministério da Educação (MEC) convoca até esta sexta-feira (29) os candidatos participantes da lista de espera para as vagas remanescentes do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) do primeiro semestre de 2026. O período de convocação começou no dia 15 de maio. O Fies financia a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos em faculdades privadas e com avaliação positiva do MEC.

Todos os candidatos inscritos devem obrigatoriamente ter condições de atingir a frequência mínima exigida no primeiro semestre de 2026, porque os financiamentos devem ser contratados exclusivamente nestes seis primeiros meses.

A ocupação das vagas remanescentes do Fies referente ao primeiro semestre de 2026 não será postergada para semestres posteriores.

Convocação da lista de espera

A lista de convocados pode ser consultada diretamente no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior do MEC. O acesso é feito com o login da plataforma de serviços digitais do governo federal, o Gov.br.

O candidato deve acompanhar diariamente o portal, pois, se for convocado, terá um prazo curto para validar suas informações.

Classificação
A classificação segue a ordem decrescente das notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), com prioridade para candidatos:

sem ensino superior que nunca foram beneficiados pelo Fies; sem ensino superior que quitaram financiamentos anteriores; com ensino superior que nunca foram beneficiados pelo Fies;

com ensino superior que quitaram financiamentos anteriores.

perior pré-selecionados na lista de espera do Fies devem validar as informações declaradas no momento da inscrição.

Para validação, o estudante deve procurar a Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento da instituição de ensino superior privada onde foi pré-selecionado.

A documentação exigida pode ser entregue no formato físico ou digital, conforme definido pela faculdade privada.

Validação do banco

Depois dessa etapa, ocorrerá a validação das informações pelo banco (agente financeiro) responsável pelo financiamento, conforme previsto no edital público.

O prazo para essa última validação é de até dez dias, contados a partir do terceiro dia útil, logo após a data da validação da inscrição pela faculdade privada, para a qual o estudante foi selecionado.

Fies Social

O pré-selecionado na vaga do Fies Social com renda familiar de até meio salário mínimo por pessoa (R\$ 810,50) tem a situação distinta. Neste caso, o estudante não precisa comprovar a renda familiar junto à Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento da instituição privada.

Fies
O Fies é destinado prioritariamente a estudantes que não tenham concluído o ensino superior e não tenham sido beneficiados por outro financiamento estudantil.

O programa realiza atualmente dois processos seletivos regulares, um para o primeiro semestre e outro para o segundo semestre de cada ano letivo, além de processos seletivos para vagas remanescentes.

Para obter mais informações, o interessado pode entrar em contato com o MEC pelo telefone 0800-616161. (Agência Brasil)

O que muda com a nova NR-1
A principal mudança aprovada na norma, em 2024, foi a obrigação das empresas passarem a identificar também "os fatores de risco psicossociais relacionados ao trabalho", como, por exemplo, sobrecarga de trabalho e assédio.

Mais de meio milhão de pessoas bloquearam acesso a sites de apostas



Mais de 574 mil pessoas já usaram a Plataforma Centralizada de Autoexclusão, do governo federal, para impedir o próprio acesso a sites de apostas autorizados a funcionar no Brasil.

Segundo o Ministério da Saúde, 207 mil usuários da ferramenta, ou 41% dos pedidos, apontaram a perda de controle sobre o jogo e/ou eventuais danos à saúde de modo como principal razão para solicitar o bloqueio.

Riscos com vazamento de dados (18%) e problemas financeiros (12%) aparecem logo em seguida. Quatorze por cento dos usuários não informaram o motivo da autoexclusão e 13% asseguraram que tomaram a decisão

de forma voluntária. Desenvolvido pelo Secretariado de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda, e lançado em dezembro de 2025, o sistema federal centralizado de autoexclusão permite que os interessados bloqueiem o próprio acesso a todos os sites de apostas autorizados com um único pedido.

Ao optar pela autoexclusão, o usuário deve informar os dados pessoais e optar por bloquear o acesso aos sites por tempo indeterminado ou por um período pré-determinado, que pode variar entre um e 12 meses.

Até o momento, 69% das pessoas optaram por tempo indeterminado. Segundo os dados, 31%

escolheram um prazo específico, sendo um ano o período mais selecionado. O período mínimo para a autoexclusão é de um mês.

Além do bloqueio simultâneo de todas as contas vinculadas ao CPF do usuário, a autoexclusão impede novos cadastros e suspende o envio de publicidade direcionada sobre o assunto.

Além de permitir ao cidadão interessado restringir o próprio acesso, a Plataforma Centralizada de Autoexclusão reúne informações sobre saúde mental e orientações e links de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) para quem está sofrendo as consequências do uso problemático de jogos de apostas.

A ferramenta também conta com links para a lista de empresas legalizadas; um questionário da Federação Brasileira de Bancos (Febrab) para a pessoa interessada em avaliar sua saúde financeira e um autoteste elaborado pelo Ministério da Saúde.

"Estamos criando instrumentos modernos para enfrentar um problema contemporâneo com respostas concretas, baseadas em evidências e orientadas pela proteção da população", sustentou o ministro da Saúde, Alexandre

Padilha, em nota.

De acordo com o ministro, a Plataforma Centralizada de Autoexclusão integra uma estratégia governamental mais ampla de prevenção, cuidado e redução de danos. O que inclui investimento em pesquisas sobre o impacto das bets na saúde dos brasileiros.

Na terça-feira (26), a pasta assinou um Termo de Execução Descentralizada (TED) que prevê o repasse de R\$ 6 milhões para a realização da primeira pesquisa nacional sobre apostas e saúde mental no âmbito do SUS. O estudo será conduzido pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e permitirá mensurar e analisar os impactos dessa prática no cotidiano da população brasileira. A previsão é que esse levantamento tenha início ainda em 2026.

A recomendação é que, em caso de problemas, as pessoas procurem apoio especializado nas unidades básicas de saúde (UBS), nos centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ou de profissionais de saúde da sua confiança. Endereços de serviços de saúde pública podem ser pesquisados na página do SUS Digital. (Agência Brasil)